

A autora



Olívia de Carvalho é Professora, Doutoranda em Psicologia da FPCE-UP, Mestre em Psicologia (especialização em Psicologia do Desenvolvimento e da Educação da Criança) da FPCU-UP e licenciada em Psicologia. Possui Pós Graduação – Especialização em Direito da Criança, da Universidade Católica e Pós Graduação em Supervisão de Estudos de Caso em

Contextos de Risco e Sofrimento Psicológico e Sócio-Educacional (Crianças e Jovens), da FPCE-UP.

A autora apresenta extensa experiência de trabalho com Crianças e de formação de Professores, Psicólogos e Educadores Sociais. O seu interesse tem como foco principal a Psicologia do Desenvolvimento e da Educação, a Intervenção Precoce e a Educação/Formação Parental (Parentalidade Positiva), campos em que tem desenvolvido investigação.

A obra

O título escolhido, “De pequenino se torce o destino”, constitui, em meu entender, uma designação particularmente feliz para o livro que agora apresento o qual vem, indubitavelmente, tornar mais rica a biblioteca portuguesa sobre o tema da Intervenção Precoce, contribuindo significativamente para o robustecimento dum corpo de conhecimento em língua portuguesa, necessário e urgente a todos aqueles que ainda estão em processo de formação, como também aos que, tendo já finalizado processos de formação inicial, devem atualizar e renovar as suas perspectivas. Trabalhar no domínio da intervenção precoce, torna-se, mais do que o exercício duma mera actividade profissional, uma verdadeira paixão, uma forma de estar na vida e na sociedade que modifica alvos e agentes dessa intervenção e não se coaduna com paragens no tempo ou estagnação conceptual ou empírica. As necessidades e dinâmicas próprias das crianças e famílias abrangidas por estes serviços obrigam a busca constante e construção conjunta de novos olhares, novas formas de estar e novas soluções.

“do Prefácio de Maria Teresa Brandão”

ISBN 989814862-4



Os direitos de autor desta obra reverterem a favor:
Projecto “Um Lugar pró Joãozinho”

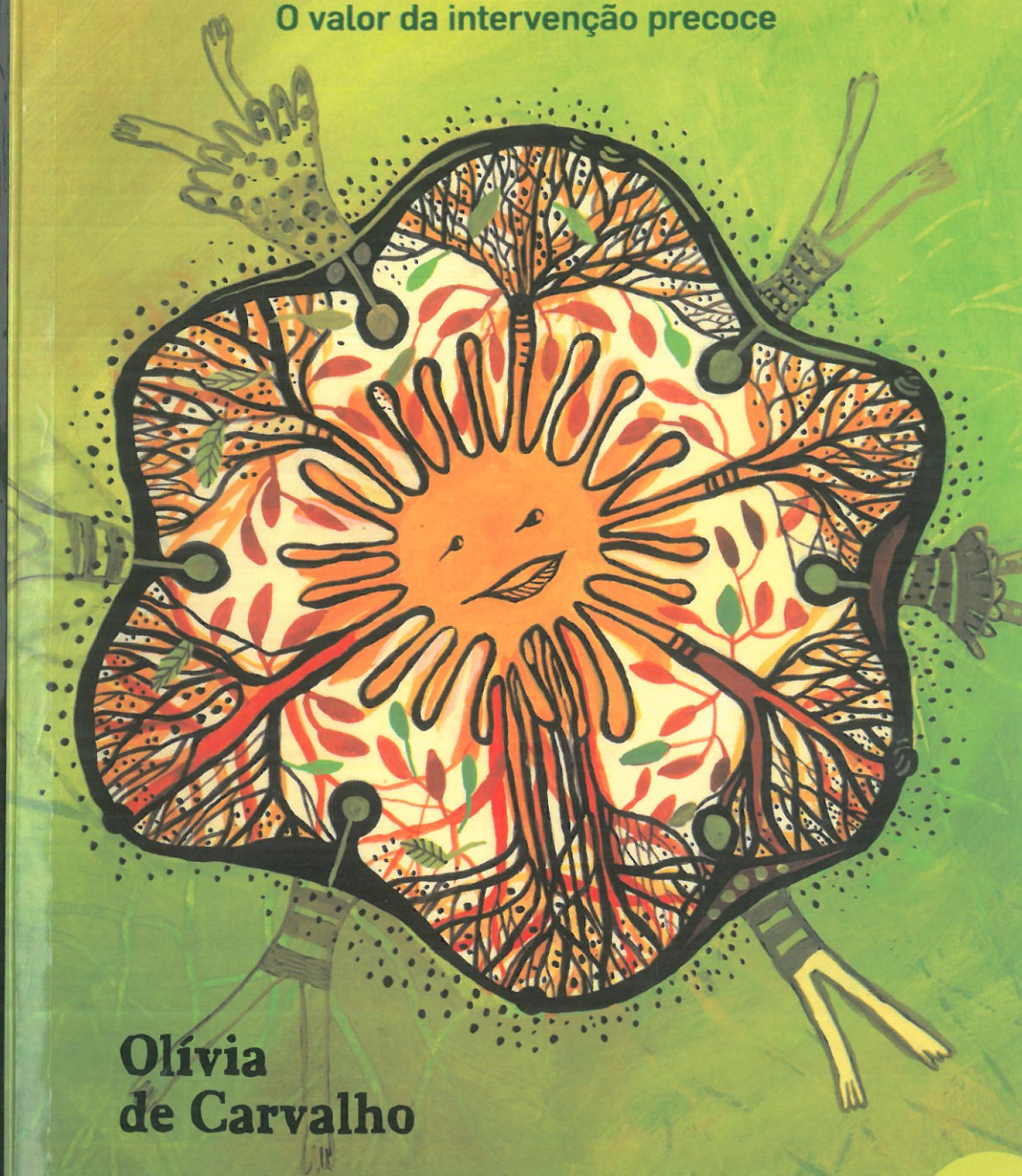
www.livpsic.com

Livpsic - a sua livraria de Psicologia e Ciências da Educação

Livpsic

De pequenino se torce o destino

O valor da intervenção precoce



Olívia
de Carvalho

Livpsic

Olívia de Carvalho

De pequenino se torce o destino

Colecções:

CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

- *Uma "Nova" cultura para la formación de Maestros: ¿Es posible?*

Maria Benedita Lima Pardo – Maria Carolina Boverio Galzenari e Maria Amélia Lopes

- *Da Botica à Universidade: continuidades e mudanças na construção da Profissão farmacêutica em Portugal*

Maria Cristina Tavares Teles da Rocha

- *Crianças Sentadas: os trabalhos de casa no ATL*

Maria José Araújo

- *Na Girândola de Significados: Polissemia de excelência em escolas portuguesas do século XXI*

Maria Cortesão (Coord.)

- *Livro dos Jogos Educativos*

Sónia de Oliveira Lamas

- *Crianças Sentadas: os trabalhos de casa no ATL*

Maria José Araújo

- *Políticas públicas e conhecimento profissional: a educação e a enfermagem em reestruturação*

Jorge Ávila de Lima – Hélder Rocha Pereira

- *Ser Professor : A Acção Docente Como Uma Acção de Interlocução Qualificada*

Ariana Cosme

LIVPSIC – CIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO – CIEE

- *Fazer da Formação um projecto*

Formação inicial e identidade dos profissionais docentes

Amélia Lopes, Fátima Pereira, Elizabete Ferreira, Manuel

António Silva, Maria José Sá

- *Políticas Educativas e Dinâmicas Curriculares em Portugal e no Brasil*

Alice Casimiro Lopes e Carlinda Leite.

LIVPSIC – DIVERSOS

- *Pelo Rio Acima*

Luís Fernando

- *Escala Avaliação do Ambiente em Educação de Infância ECERS – R*

Thelma Harms – Richard M Clifford – Debby Cryer

LIVPSIC – PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

- *Psicologia Saúde e Doenças Vol 9 Nº 1 : Qualidade de Vida*

Sociedade Portuguesa de Psicologia da Saúde

- *Investigar em Educação Nº 5*

Sociedade Portuguesa de Ciências de Educação

LIVPSIC – LIVROS DE PSICOLOGIA

- *Partage de Savoirs entre parents et stratégies d'apprentissage*

Anne Marie Fontaine – Jean Claude Kalubi

- *Family, Work and Parenting International Perspectives*

Anne Marie Fontaine – Marisa Matias

- *Psicologia da Educação Vol. 1: Aprendizagem Aluno*

José H. Barros de Oliveira

- *Psicologia da Educação Vol. 2: Ensino Professor*

José H. Barros de Oliveira

- *Desenvolvimento: Contextos familiares e educativos*

Joaquim Bairão (Organização)

- *Injecção de Drogas, comportamento sexual e risco de VIH*

Jorge Negreiros

- *Neuróticos num mundo neurótico: Teoria de Karen Horney*

José H. Barros de Oliveira

- *Metodologia de investigação em psicologia e saúde*

José Luís Pais Ribeiro

- *Intervenção comunitária: uma perspectiva psicológica*

Isabel Menezes

- *Psicologia do Envelhecimento e do Idoso*

José H. Barros de Oliveira

- *Psicologia do Idoso: temas complementares*

José H. Barros de Oliveira

- *Delinquências Juvenis*

Jorge Negreiros

- *Psicopatas criminosos e não criminosos: uma abordagem neuropsicológica*

Catarina Iria e Fernando Barbosa

- *Motivação Para a Competência*

Luísa Faria

- *Pais... Uma Experiência*

Hugo Cruz – Inês Pinho

- *Universidades da Terceira Idade : Da Solidão Aos Motivos da Sua Frequência*

Neto, Félix e Monteiro, Helena

- *Psicologia da Educação Vol. 3 : Temas Complementares*

José H. Barros de Oliveira

Olívia de Carvalho

DE PEQUENINO SE TORCE O DESTINO O valor da Intervenção Precoce

Livpsic

Março 2011

Título da obra	DE PEQUENINO SE TORCE O DESTINO O VALOR DA INTERVENÇÃO PRECOCE
Autores ©	Olívia de Carvalho
Capa:	Danuta Wojciechowska
Edição:	Livpsic
Colecção:	Livpsic – Psicologia
e-mail:	livpsic@livpsic.com
Depósito Legal:	323649/11
I.S.B.N.:	978-989-8148-62-9
Data de Edição:	Março de 2011
Impressão:	Bukprint – Zona Industrial de Oliveira de Azeméis

Dedico este livro
aos meus filhos, Patrícia e Tiago;
à memória do meu pai,
à memória do meu mestre, Joaquim Belo Bairrão Ruivo

Agradeço
ao poeta António Ramos Rosa, o seu poema inédito e
ao Sérgio Godinho, que me permitiu roubar o título do livro, a uma
das suas belas canções

Os direitos de autor desta obra reverterem a favor : Projecto “Um Lugar pró Joãozinho”

Se pretender receber informações sobre os nossos livros ou comprá-los directamente bem como propor a edição de algum livro, escreva-nos para:

LEGIS EDITORA

Apartado 5450

4024 PORTO CODEX

e-mail: legis@legis.pt ou então pelo site www.livpsic.com.

Nota: Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida por qualquer processo electrónico, mecânico ou fotográfico, incluindo, fotocópia, xerocópia ou gravação, sem autorização prévia da editora.
É expressa esta proibição a transcrição de curtas passagens para efeito de apresentação crítica ou debate dos textos desta obra, que porém não revistam carácter antológico ou similar. Os infractores incorrem em procedimento judicial.

* Direitos desta obra reservados para todos os países por Livpsic

RESUMO

Durante muito tempo, os serviços de atendimento a crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE) centraram-se exclusivamente na criança e nos factores a ela associados, visando remediar os problemas que esta apresentava, numa intervenção compartimentada entre diversas disciplinas. Progressivamente, a investigação vem alterar a ênfase na criança, como centro de intervenção, conduzindo à evolução dos modelos nesta área. O enfoque tradicional dá lugar a uma abordagem centrada na família e de base comunitária, reconhecendo-se também um papel interventivo da criança na modificação do seu ambiente (Sameroff & Chandler, 1975). Bronfenbrenner (1979) vem propor, para o desenvolvimento, um modelo sistémico e ecológico com aplicação na Intervenção Precoce. Neste modelo, as crianças são vistas como o produto de um ambiente complexo, dinâmico e interdependente. À luz desta conceptualização, na intervenção deve ser reconhecida a importância da família, deixando de se centrar estritamente na criança. Os pais desempenham, neste contexto, um papel fundamental na melhoria dos resultados obtidos pelos seus filhos, no desenvolvimento, podendo integrar uma equipa de profissionais que deve ter em conta as necessidades, prioridades e recursos, da criança, da família e da comunidade e adoptar um modelo de funcionamento transdisciplinar.

A mudança paradigmática, composta pela actual legislação, (Dec-Lei 281/2009) o referencial teórico e o suporte empírico, sugerem uma visão mais alargada dos serviços de Intervenção Precoce, que vem exigir aos educadores/educadoras competências e papéis para os quais a maior parte deles não recebeu preparação.

Partindo desta contextualização, pretendemos prestar o nosso contributo, para o estudo das relações entre a formação dos educadores/educadoras e as suas práticas relevando a importância da formação adequada para uma eficaz intervenção, centrada na família.

ÍNDICE

Prefácio	15
Introdução	17
1 – CAMINHOS DA INTERVENÇÃO PRECOCE	23
1.1. Concepções Sobre a Criança: Um Olhar ao Longo da História	23
1.2. Mulher e Mãe: A Condição Feminina	25
1.3. Perspectiva Histórica da Educação para a Infância	26
1.3.1. Da Educação Pré-Primária à Intervenção Precoce	28
1.3.2. Da Educação Especial à Intervenção Precoce	28
1.3.3. Assistência Institucional	29
1.3.4. A Importância das Primeiras Relações	29
1.4. Conceptualização, Contextos e Modalidades da Educação Pré-Escolar em Portugal	30
1.4.1. Oferta, Actual, de Educação e Cuidados para a Infância, em Portugal	32
1.5. Psicologia da Educação: As Relações Entre Teoria e Prática	34
1.6. O Papel do Herdado e do Adquirido no Processo do Desenvolvimento	36
1.6.1. Período do Dominante “Nature”	36
1.6.2. Período do Dominante “Nurture”	37
1.6.3. À Procura do Equilíbrio “Nature/Nurture”	37
1.6.4. A Transacionalidade dos Factores “Nature/Nurture”	37
1.6.5. Investigação Transcultural	39
1.6.6. A Vulnerabilidade do Desenvolvimento Biológico	39
1.7. Perspectivas Subjacentes à Intervenção Precoce	40
2 – INTERVENÇÃO PRECOCE DOS PRÍNCÍPIOS ÀS PRÁTICAS	45
2.1. Intervenção Precoce – Do Direito ao Dever	45
2.2. À Procura de uma Definição / Em Busca de um Conceito	45
2.2.1. Objectivos da Intervenção Precoce	47
2.2.2. Princípios da Intervenção Precoce	48
2.3. A Intervenção Precoce nas Últimas Quatro Décadas: Ciência, Política e Práticas	48
2.3.1. Década de Sessenta: Uma Promessa Ambiciosa	49
2.3.2. Década de Setenta: O Desenvolvimento do Apoio Político à Educação Especial	51
2.3.3. Década de Oitenta: Restrições ao Apoio	51
2.3.4. Década de Noventa: À Procura de Soluções em Clima de Restrições Financeiras	52
2.3.5. O Futuro: Um Desafio	53
2.3.6. Desafios à Criança e à Família	54
2.3.7. Desafios à Saúde	54
2.3.8. Desafios aos Sistemas de Intervenção Precoce	54
2.4. Política e Legislação Comuns na Comunidade Europeia: Eurlyaid	56
2.5. Eficácia da Intervenção Precoce	58
2.5.1. Investigação em Crianças de Famílias de Baixos Rendimentos no Programa Headstart	59
2.5.2. Investigação em Crianças com Deficiência	60
2.6. Contextos de Intervenção Precoce: Questões de Elegibilidade	62
2.6.1. Questões de Elegibilidade	62
2.6.2. Diversidade das Crianças	63
2.6.3. Diversidade das Famílias	65
2.6.4. Diversidade nos Papeis Profissionais	66

2.7. Um Modelo Conceptual para a Intervenção Precoce.....	67
2.7.1. Risco Ambiental da Família e Factores de Pressão	70
2.7.2. Riscos Biológicos e Incapacidades da Criança: Factores de Pressão	70
2.7.3. Factores de Pressão, Padrões de Interação e Características da Família.....	71
2.7.4. Risco Biológico e Incapacidade Estabelecida	71
3 – PRESSUPOSTOS DA INTERVENÇÃO PRECOCE.....	73
3.1. Um Modelo Teórico de Referência: a Perspectiva Sistémica e Ecológica.....	73
3.1.1. Níveis do Sistema Ecológico.....	75
3.1.2. O Sistema de Serviços de Intervenção Precoce numa Perspectiva Ecológica.....	80
3.1.3. A Congruência Ecológica	82
3.2. Do Determinismo à Transaccionalidade.....	84
3.2.1. Modelo do Determinismo Biológico.....	84
3.2.2. Modelo do Determinismo Ambiental.....	84
3.2.3. Modelo Interaccionista.....	85
3.2.4. Modelo Transaccional.....	85
3.3. Do Modelo Transaccional à Intervenção Precoce.....	88
3.3.1. O “Mesótipo”	89
3.3.2. Regulações Familiares	89
3.3.3. Regulações Desenvolvimentais.....	90
3.4. Contexto para a Intervenção Precoce: O Sistema da Família.....	91
3.4.1. Estrutura da Família.....	91
3.4.2. Interação da Família.....	92
3.4.3. Funções da Família.....	92
3.4.4. Modelos de Ajuda às Famílias	93
3.5. Da Intervenção Centrada na Criança à Intervenção Centrada na Família	94
3.5.1. O Conceito de Co-responsabilização.....	97
3.5.2. Obstáculos ao Envolvimento Parental.....	99
3.5.3. Encontros (In)Completo com as Famílias	100
3.5.4. As Expectativas no Contexto das Necessidades Familiares	102
3.5.5. Perspectivas dos Profissionais.....	103
3.5.6. Ao Ritmo da Família.....	103
3.5.7. As Parcerias entre a Família e Profissionais.....	107
4 – ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS: DO CICLO DA INTERVENÇÃO PRECOCE À PREPARAÇÃO DOS PROFISSIONAIS	109
4.1. Ciclo da Intervenção.....	109
4.1.1. Definição das Expectativas de Intervenção	110
4.1.2. Avaliação Multidisciplinar das Características, Necessidades e Prioridades da Criança e da Família.....	110
4.1.3. Plano de Intervenção	111
4.1.4. Implementação e Monitorização dos Serviços	112
4.2. Formação Pessoal, Social e Profissional para as Práticas de Intervenção Precoce.....	113
4.2.1. Competências Profissionais.....	113
4.2.2. Construção de uma Base de Valor Filosófico na Formação.....	114
4.2.3. Resolver Dilemas Éticos.....	115
4.2.4. Formação Baseada nos Princípios da Intervenção Precoce	115
4.2.5. Formação Interdisciplinar	116
4.2.6. Desenvolvimento de Competências para a Resolução de Problemas.....	116

4.2.7. Competências Essenciais dos Profissionais	117
4.2.8. Inovação e Mudança	118
4.2.9. Situação em Portugal	119
4.3. A Equipa Transdisciplinar	120
4.3.1. O Conceito de Equipa em Intervenção Precoce.....	121
4.3.2. Modelos de Equipas de Intervenção Precoce	121
4.3.3. Equipas Multidisciplinares	122
4.3.4. Equipas Interdisciplinares	122
4.3.5. Equipas Transdisciplinares	123
4.3.6. Primeiros Contactos.....	123
4.3.7. Implicações do Modelo de Equipa Transdisciplinar.....	124
4.3.8. Dimensões dos Programas Transdisciplinares.....	124
4.4. Formação de Profissionais para a Intervenção Precoce	124

5 – CONCLUSÕES.....	133
---------------------	-----

Referências bibliográficas.....	139
---------------------------------	-----

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Modalidades de Educação e Cuidados para a Infância para Crianças dos 3 meses aos 10 anos.....	33
Figura 2 – Três Perspectivas Teóricas e suas Implicações.....	43
Figura 3 – Descrições e Exemplos de Conhecimentos Proposicionais em Intervenção Precoce.....	61
Figura 4 – Factores que influenciam o desenvolvimento das crianças (adaptado de Guralnick, 1998).....	69
Figura 5 – Componentes de Programas de Intervenção Precoce como resposta a factores de Pressão (adaptado de Guralnick, 1998).....	72
Figura 6 – Modelo Ecológico de Bronfenbrenner Aplicado a Famílias de Pequenas Crianças (adaptado de Turnbull et al., 2000).....	74
Figura 7 – (adaptado de Bailey, D. B. & Wolery, M., 1992).....	78
Figura 8 – Modelo de Congruência Ecológica (adaptado de Thurman, 1997).....	82
Figura 9 – Modelo do Determinismo Biológico do Desenvolvimento.....	84
Figura 9.1 – Modelo do Determinismo Ambiental do Desenvolvimento.....	84
Figura 9.2 – Modelo Interaccionista do Desenvolvimento	85
Figura 9.3 – Modelo Transaccional do Desenvolvimento.....	85
Figura 9.4 – Processo Transaccional dirigido desde as complicações de nascença até aos atrasos de linguagem.....	87
Figura 9.5 – Processo Transaccional: da desobediência inicial da criança até ao comportamento “anti-social”.....	88
Figura 9.6 – Modelo de Desenvolvimento de Regulação Social.....	88
Figura 9.7 – Modelo Transaccional do Desenvolvimento integrando sistemas de regulação ambiental, genética e individual.....	89
Figura 9.8 – Modelo de Regulação Transaccional	90
Figura 10 – Encontros incompletos no contexto das expectativas e necessidades das famílias (adaptado de Simeonsson, 2000).....	101
Figura 11 – Encontros completos no contexto das expectativas e necessidades da família (adaptado de Simeonsson, 2000).....	101
Figura 12 – Orientação à Família (adaptado de McWilliam et al., 1998).....	104
Figura 13 – Evolução das Relações entre Famílias e Profissionais (adaptado de Turnbull et al., 2000).....	108
Figura 14 – Intervenção Personalizada na Criança e na Família (adaptado de Simeonsson et al., 1996).....	109
Figura 15 – Modelo Centrado na Criança (adaptado de Mary I. McGonigle et al., 1994).....	120

*A criança que me sorri
Nasceu d'uma gota de água e d'um sol
Enquanto eu nasci d'uma sombra
E caminho sempre com uma sombra*

*Mas esta criança nasceu num ribeirão
De uma gota de orvalho
De uma pedrinha verde
Esta criança não poderia ter nascido nas minhas mãos*

*Esta criança nasceu num pequeno navio de papel
Esta criança nasceu de flor entre as ervas
Esta criança sorri um sorriso da voz da água .*

António Ramos Rosa (poema inédito)

PREFÁCIO

Este livro da Mestre Olívia de Carvalho, que agora apresento, constitui mais um precioso contributo para o domínio da Intervenção Precoce que tanto tem evoluído em Portugal, nos últimos anos.

Tal como uma criança plena de vitalidade e incessante necessidade de expandir os seus horizontes, a Intervenção Precoce tem crescido e ganho maturidade e coerência numa velocidade espantosa. Este processo é bem notório tanto em Portugal como além fronteiras, através do interesse e investimento crescentes que tem suscitado:

- Nas práticas profissionais, bem patente no número crescente de Jornadas, Congressos e acções de formação sobre esta temática;
- Na investigação, evidente no número de trabalhos de investigação, teses de mestrado e de doutoramento produzidas na última década;
- Na esfera política e social, como o demonstram a criação de linhas de financiamento específicas para esta área bem, como a publicação de documentos legais como Despacho Conjunto n.º 891/99, de 19 de Outubro e, mais recentemente, a legislação sobre a Intervenção Precoce, Decreto-lei n.º 281/2009 de 6 de Outubro, tornando Portugal, um dos países mais avançados da Europa em matéria legislativa sobre esta temática.

O título escolhido, “De pequenino se torce o destino”, constitui, em meu entender, uma designação particularmente feliz para o livro que agora apresento o qual vem, indubitavelmente, tornar mais rica biblioteca portuguesa sobre o tema da Intervenção Precoce, contribuindo significativamente para o robustecimento dum corpo de conhecimento em língua portuguesa, necessário e urgente a todos aqueles que ainda estão em processo de formação, como também aos que, tendo já finalizado processos de formação inicial, devem actualizar e renovar as suas perspectivas. Trabalhar no domínio da intervenção precoce, torna-se, mais do que o exercício duma mera actividade profissional, uma verdadeira paixão, uma forma de estar na vida e na sociedade que modifica alvos e agentes dessa intervenção e não se coaduna com paragens no tempo ou estagnação conceptual ou empírica. As necessidades e dinâmicas próprias das crianças e famílias abrangidas por estes serviços obrigam à busca constante e construção conjunta de novos olhares, novas formas de estar e novas soluções.

“De pequenino se torce o destino: o Valor da Intervenção Precoce”, é uma obra claramente enfocada na área da educação, ancorando a génese da Intervenção precoce num entrelaçado complexo de influências múltiplas das quais não é possível deixar de referir o conceito de criança, a evolução da condição e papel feminino ao longo dos tempos, bem como os factores de ordem social e ideológica que estão na base do movimento e perspectivas sobre a educação infantil no período prévio à entrada obrigatória no siste-

ma educativo. Traça depois as origens do conceito, bem como o percurso evolutivo da Intervenção Precoce, assente no eterno debate "Nature/Nurture" e fundamentado nas perspectivas, modelos teóricos e nas práticas que se têm mostrado mais adequadas e eficazes e que culminam com a mudança de paradigma: duma intervenção centrada na criança via uma intervenção centrada na família, com actualmente é defendido a nível internacional e nacional.

O subtítulo, "Valor da Intervenção Precoce", capta-se na mudança de trajectória dos percursos de desenvolvimento de muitas crianças que, desde cedo, tiveram a possibilidade e a sorte de poder contar com um sistema coeso de profissionais e familiares, fortemente empenhados em tornar todas os momentos de vida da criança, em verdadeiras janelas de oportunidades no sentido de potenciar o seu desenvolvimento, a aprendizagem de novas competências, o ser capaz de fazer melhor, de se sentir mais capaz, mais feliz e também de se sentir como parte integrante duma família, comunidade e duma sociedade verdadeiramente inclusiva.

O "Valor da Intervenção Precoce, encontra-se também na possibilidade criada a muitas famílias no sentido de poderem ter um "novo olhar" para dentro de si próprias, assim como para os recursos humanos e materiais que existem em seu redor e que podem ser apoios determinantes, no fazer face às dificuldades inerentes às situações de risco, sejam elas de que tipologia forem.

Por último, o "Valor da Intervenção Precoce" está também nas alterações que a sua dinâmica conseguiu introduzir no seio das equipas de profissionais com diferentes perfis de formação e paradigmas de actuação, unindo-os inequivocamente em torno dum sistema indivisível – a família e, permitindo assim a transposição de barreiras e fronteiras profissionais e pessoais, contaminando pessoas e comunidades com novas formas de estar na terapia, na educação e na inclusão social.

Este livro, com um texto claro, bem articulado e de leitura fluida e agradável, assenta em bibliografia dominante na área e culmina com a análise da importância da integração dos novos conceitos e práticas de Intervenção Precoce nas componentes de formação dos profissionais, particularmente daqueles ligados à área da educação de infância e nas implicações que tais modificações no futuro de muitas crianças e famílias.

Por fim, congratulo-me e deixo mais uma palavra de apreço, pela publicação desta obra, pela Mestre Olívia de Carvalho, a qual, desde há vários anos e com o empenhamento e cuidado que lhe são característicos, dedica a sua vida profissional à prática, formação e investigação na área da Intervenção Precoce, estando certa que o presente livro será de consulta pertinente em diversos âmbitos de actuação.

Maria Teresa Brandão

INTRODUÇÃO

Com um bebé, nasce sempre o sortilégio da promessa anunciada. O caminho a percorrer, para que se cumpra esta promessa, envolve-nos a todos quantos nos cruzamos neste sortilégio.

O trabalho que desenvolvemos tem a sua origem na literatura em que nos apoiamos e nas inquietações quotidianas que nos suscitam algumas preocupações, traduzidas na seguinte questão:

– Será que a formação especializada dos educadores pode influenciar positivamente a sua prática centrada na família?

A motivação para esta temática surge da firme convicção de que é nos primeiros anos de vida da criança que se cimentam todos os alicerces e que, para que estes alicerces sejam sólidos, o papel dos pais é fundamental.

A intervenção centrada na família exige dos educadores competências que a literatura indica não possuírem.

Pede-se, actualmente às famílias, um envolvimento activo, como elementos de uma equipa que se quer transdisciplinar. Neste contexto surge, com pertinência, a seguinte interrogação: haverá diferenças entre a forma como os educadores e os pais percebem e valorizam as práticas centradas nas famílias?

Estas são as questões que norteiam a presente investigação.

A Intervenção Precoce (I.P.) constitui, pensamos, a pedra de toque da educação. Justifica-se, em primeiro lugar, pelos direitos reconhecidos às crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE) e também pelos direitos que, em termos lógicos teóricos e humanitários, as famílias e as crianças têm de beneficiar de serviços especializados e individualizados. Tais serviços exercem um impacto positivo a diferentes níveis (Simeonsson & Bailey, 1991), pois podem prevenir os atrasos de desenvolvimento, reduzir os efeitos das condições de risco e minimizar os custos do atendimento de pessoas com deficiências mais estruturadas ou de risco adquirido.

A I.P. tem um impacto directo e indirecto no funcionamento dos pais, da família e da criança. Segundo Dunst, 1988, cit. por Almeida (1997), os objectivos gerais da Intervenção Precoce Centrada na Família são os seguintes:

- Promover o desenvolvimento da criança;
- Actuar a nível preventivo em situações de risco;
- Actuar a nível remediativo em situações de alterações de risco adquirido e
- Identificar as necessidades e forças da família, promovendo a coordenação interserviços.

O impacto da literatura científica internacional sobre os diferentes programas e resultados das pesquisas justificariam, só por si, a aceitação geral da I.P.

Resultados da investigação (Shonkoff & Meisels, 2000) demonstram resultados da I.P. positivos ao longo da vida dos pais e dos seus filhos. Estes resultados incluem uma redução, por exemplo, no abuso da criança, assim como resultados positivos no intervalo dos nascimentos e redução da criminalidade (Olds, 1997, cit. por Shonkoff & Meisels, 2000). Outros resultados são ainda visíveis em programas de longa duração (Projecto Pré-Escolar de Perry, cit. por Shonkoff & Meisels, 2000) que acompanharam as crianças participantes, durante cerca de 20 anos. Os benefícios traduziram-se por reduzida percentagem de criminalidade, diminuição da taxa de gravidez em adolescentes, aumento das percentagens de graduação académica e emprego, assim como um maior percurso académico. Outras vantagens dos programas de I.P. são os benefícios económicos que os programas proporcionam. Estudos demonstram que existe uma relação directa entre os benefícios económicos e a alta qualidade dos programas de intervenção.

O estado actual da investigação assim como o imperativo de valores éticos impõem hoje que o Estado, a sociedade em geral, a comunidade local e os técnicos das diversas áreas, em particular, se empenhem neste projecto que é a I.P.

O conceito de Intervenção Centrada na Família tem vindo a evoluir da ideia inicial sobre o envolvimento dos pais, que referia que estes deviam participar nas actividades que os profissionais considerassem importantes. Na década de 80, alguns investigadores (Dunst, 1985; Foster, Berger & McLean, 1981, cit. por McWilliam, 1998) denunciaram esta concepção simplista e direccionada apenas para um dos lados e defenderam que na I.P. os profissionais deveriam construir parcerias com as famílias para estas terem mais força. Dar poder – *empowering*¹ – tornou-se então num princípio para esta nova forma de pensar acerca do trabalho com as famílias (Dunst, Trivette & Deal, 1988). Uma componente importante da Intervenção Precoce Centrada na Família seria a atribuição de poder para a tomada de decisões, especialmente no desenvolvimento do plano de intervenção ao longo do ciclo de Intervenção (Simeonsson, 1996). Para nomear este modelo, usou-se a terminologia mais variada desde focado na família, dirigido à família ou centrado na família. Este último termo, usado pela Associação para os Cuidados e Saúde das Crianças, inspira-se na área dos cuidados de saúde (Shelton, Jeppson & Johnson, 1987, cit. por McWilliam et al., 1998).

Tanto a legislação mais recente, como as práticas recomendadas vão no sentido de ser dada importância à abordagem centrada na família, acompanhando a evolução da investigação científica. Cada vez mais estudos procuram compreender

e explicar esta abordagem, tendo-se, nesse sentido, desenvolvido vários tipos de instrumentos de avaliação dos programas orientados para a família nos quais se incluiu a escala “Brass Tacks” (A Self-Rating of Family-Centered Practices in Early Intervention, de P. J. McWilliam & R. A. McWilliam, 1993), por nós traduzida e adaptada para a realização do nosso estudo.

A literatura sugere que uma prática centrada na família pode ser definida como uma parceria amigável e respeitosa com as famílias que fornece apoios emocionais e educacionais, oportunidades para participar na prestação de serviços, na tomada de decisões e nas actividades, que tem por finalidade aumentar as capacidades dos membros da família, no desempenho das suas atribuições. A abordagem centrada na família opõe-se a uma abordagem centrada na criança (Dunst, 1985).

O envolvimento da família nos serviços de I.P. é um fenómeno relativamente recente. É certo que as famílias sempre estiveram envolvidas em actividades com as suas crianças, com atrasos de desenvolvimento, ou em risco. Na evolução dos serviços de I.P., verifica-se uma evolução faseada que reflecte a perspectiva sob a qual é dimensionado o lugar da família na intervenção (Simeonsson & Bailey, 1990).

Da Intervenção Precoce Centrada na Criança, nos anos 70, onde o envolvimento da família se resumia ao da função parental, evoluiu-se para uma segunda fase na qual aos pais se atribui também o papel de co-professores. Esta evolução abre caminho ao reconhecimento oficial do importante papel de família, expresso na legislação então publicada nos Estados Unidos, que vem influenciar, muito mais tarde, a legislação portuguesa. Destacamos a PL 99-142 – The Education for All Handicapped Children Act, de 1975, actualmente designada Individuals with Disabilities Education Act – IDEA. Com esta lei, passa a reconhecer-se às crianças com alterações do desenvolvimento, o direito a uma educação pública e adequada num meio, não restritivo, e a atribuir-se fundos de incentivo para o desenvolvimento de programas. Segue-se a confirmação da parte H, desta lei, em 1991, que estabelece os requisitos a que devem obedecer os programas de I.P. (Gallagher & Tramil, 1998, cit. por Bairrão & Almeida, 2002b):

- A elaboração de um Plano Individualizado de Apoio à Família (PIAF);
- O envolvimento da família na avaliação da criança;
- A avaliação dos recursos, prioridades e preocupações da família;
- A participação da família nas reuniões de equipa e na tomada de decisões e
- Uma prestação de serviços coordenada.

Actualmente, a tendência dos serviços de I.P. , cada vez mais, basear-se na comunidade, reconhecendo-se, assim, a importância do contexto no desenvolvimento da criança (Simeonsson, 1996).

¹ Empowering, também traduzido por “corresponsabilização” por Correia, L. M. & Serrano, A. M., (1998), foi, no âmbito deste Mestrado, traduzido por “dar poder”.

Estas fases reflectem os diferentes enfoques da I.P., desde a criança, passando pelos pais, contextualizada na comunidade, que correspondem aos sistemas micro, meso, exo e macro do modelo ecológico de Bronfenbrenner (1977). Segundo Simeonsson (op. cit.), o referido modelo contribuiu para estas transições históricas, reflexo da sua expressão.

A mudança do enfoque vai influenciar o próprio desenvolvimento da família. A natureza interactiva desta evolução, ao longo do tempo, determina o desenvolvimento da criança e da família tal como é descrito pelo modelo transaccional (Sameroff & Chandler, 1975).

O objectivo, último, do modelo centrado na família é atingir o bem estar da família como um todo, o que incluiu minimizar o stresse, promover relações no seio da família e capacitar as famílias para, tanto quanto possível, seguirem o estilo de vida que teriam escolhido para si próprias e para as suas crianças, se estas não tivessem necessidades especiais. Uma das vantagens desta tendência é que os resultados podem ser atingidos, através da intervenção, numa variedade de dimensões. Ao contrário da abordagem centrada na criança, o sucesso não depende só do progresso do desenvolvimento da criança. Além disso a definição de sucesso difere de família para família (Dunst, Trivette & Deal, 1988).

No nosso país, a prática de I.P. tem vindo a ser regulamentada por legislação do âmbito da Educação Especial e Pré-Escolar. Em 1998, o documento emitido pelo DEB--ME relativo à Organização e Gestão dos Apoios Educativos vem referir o papel relevante das Equipas de Coordenação dos Apoios Educativos, no âmbito da I.P.

É importante também referir o Despacho n.º 26-95 do Ministério da Solidariedade e Segurança Social assim como a portaria 1102/97 do Ministério da Educação que vêm proporcionar incentivos financeiros ao desenvolvimento de projectos integrados de I.P.

As medidas legislativas que regulamentam a prática de I.P. aparecem nos finais de 1999 com a publicação do Despacho Conjunto n.º 891/99 que responsabiliza os sectores da Saúde, da Educação e da Segurança Social. Esta legislação encontra-se, segundo Bairrão & Almeida (2002), fortemente inspirada no modelo americano realçando, à sua semelhança, a importância:

- Do envolvimento da família;
- Do trabalho integrado na comunidade;
- Do trabalho de equipa integrando profissionais de formação diversificada;
- Da existência da figura do “Responsável de caso”;
- Da obrigatoriedade de elaborar, em conjunto com a família, um “Plano Individual de Intervenção” e
- Da coordenação de serviços.

A prestação de serviços, segundo o modelo centrado na família, assenta numa filosofia e baseia-se num conjunto de valores e crenças profundas acerca das relações entre as crianças e as suas famílias, das relações entre os profissionais e os pais e no

papel dos serviços comunitários, como um todo, para assegurar o bem-estar da criança com NEE e da sua família.

As mudanças que a legislação pressupõe exigem que os profissionais alarguem os seus conhecimentos acerca do funcionamento da família e aceitem que o poder de decisão resida na família com base na colaboração (Bailey et al., 1992; Dunst et al., 1993; Seligman & Darling, 1997; Turnbull & Turnbull, 1990).

A complexidade deste modelo vai exigir um grande esforço de adaptação, formação e actualização, por parte dos educadores envolvidos nesta área.

A I.P. implica uma cultura e atitude dos agentes envolvidos assente no reconhecimento de que as necessidades destas crianças, só podem ser devidamente avaliadas e interpretadas no contexto familiar e social (Despacho Conjunto 891/99).

A Intervenção Precoce Centrada na Família vai exigir não só uma reformulação dos actuais recursos humanos deste campo, mas também o treino contínuo e a reorientação de novos profissionais, à medida que entram no sistema. A implementação dos programas vai também requerer que os profissionais estejam dispostos a assumir papéis e responsabilidades que, tradicionalmente, não fariam parte das suas competências, como o trabalho em equipa, o envolvimento da família, o desenvolvimento do plano individual da intervenção e o envolvimento da comunidade, no processo de intervenção. Este modelo exige que os educadores adquiram novos conhecimentos que lhes permitam desempenhar esses papéis. Para os educadores, a mudança para serviços centrados na família torna-se difícil. Isto deve-se ao facto de terem sido formadas para prestarem serviços a crianças. (Dunst, Trivette & Deal, 1988).

A legislação portuguesa que entrou em vigor 90 dias após a sua publicação e que ficou sujeita a um período experimental de três anos, terminando, por isso, em Janeiro de 2004, traz consigo grandes desafios que reflectem a dimensionalidade dos factores que interagem na operacionalização das medidas legislativas (actualmente o Decreto Lei n.º 281).

Quanto a nós, na concepção deste suporte legal, não foi equacionado o problema da formação dos profissionais, nomeadamente dos educadores aos quais são exigidas competências que lhes permitam assumir as atribuições que lhes estão destinadas. Para a Intervenção Precoce Centrada na Família, são necessárias características próprias e formação adequada ao desempenho que este modelo exige. Sabemos pela literatura (Bairrão & Almeida, 2002) que a maioria dos educadores destacados em Apoio Educativo (EAE) que trabalha em I.P., em Portugal, não teve nenhuma disciplina, ou módulo sobre essa temática na sua formação inicial. A maioria dos educadores não enquadra, ainda, a sua prática num modelo teórico, o que reflecte, de facto, uma lacuna, a nível conceptual, na formação destes profissionais. Para agravar esta situação temos que, menos de metade destes profissionais não possui formação complementar (especialização) nesta área. Na grande maioria dos casos, o trabalho com

os pais, desenvolvido pelos educadores, aproxima-se bastante mais ao desempenho das rotinas normais estabelecidas pelos programas do que pela prática pensada e organizada na família e nas suas reais necessidades. Não existiu, pois, a preocupação de fazer acompanhar as medidas legislativas pela formação adequada ao novo modelo. Deste modo, como desempenham então as suas funções estes educadores e educadoras que se encontram a trabalhar ao abrigo da legislação em vigor? (Bairrão & Almeida, op. cit).

CAMINHOS DA INTERVENÇÃO PRECOCE 1

1.1. Concepções Sobre a Criança: Um Olhar ao Longo da História

– As crianças são o alicerce de uma sociedade saudável e sólida. A forma como uma cultura ou sociedade trata os seus membros mais jovens tem uma influência significativa na forma como irão crescer, prosperar e ser vistos pelos outros. (Shonkoff & Meisels, 2000).

A infância não teve, sempre, ao longo da História o mesmo valor que tem actualmente. As crianças são “inventos” sócio-culturais relativamente recentes. Durante séculos, as crianças foram consideradas adultos menores; mais frágeis e menos inteligentes. Esta concepção da criança como adulta em miniatura aparece materializada na expressão artística. Até ao século XII aparece assim representada nas artes plásticas.

Até ao século XVIII, as famílias definem-se por um equilíbrio precário entre uma grande mortalidade e uma inerente fecundidade. Existia uma solidariedade entre as gerações e no seio da própria frataria. As reproduções biológica e cultural constituíam a finalidade deste sistema. Dentro deste modelo, o importante era ser-se “filho de”, “neto de” e também “pai de”. A importância atribuída à criança era apenas a de vir a ser um contributo para o futuro. Esperava-se dela, primeiro, os serviços que deveria prestar com o seu trabalho, e, mais tarde, a protecção aos seus pais. Para além disso, a criança era uma garantia da descendência. Ao bebé, prestavam-se os cuidados essenciais à sua sobrevivência, encontrando-se, este, quase sempre, confinado ao seu berço. A morte nessa idade era considerada normal. Se isso acontecia, rapidamente, um irmão o substituiria. O trágico balanço que regulava, então, as altas taxas de fecundidade e as altas taxas de mortalidade introduzia a vulnerabilidade e precariedade da vida humana no seio do quotidiano desta época. A criança apresentava-se, neste quadro, como um produto de consumo. Durante a infância a criança vivia à sombra dos adultos, imitando-os. Muitas vezes era privada do convívio familiar para não perturbar. Não havia necessidade de lhe explicarem o mundo. A criança aprendia com a experiência; entrava, progressivamente, nas evidências dos adultos e, tal como eles, submetia-se à “força das coisas” (Gomes-Pedro, 1995a).

Com os movimentos do Iluminismo e do Protestantismo, a partir do século XVIII, a infância assume o papel de etapa diferenciada da idade adulta, tendo, por isso, um tratamento também diferenciado. No Ocidente, é a partir desta data, em meios particularmente favorecidos da burguesia urbana, que desponta uma nova maneira de olhar para a criança. Surge, então, na família, um novo sentimento em relação à infância, num contexto onde se começa a aprender a controlar a fecundidade e